

Artigos

Recebido: 12.07.2021

Aprovado: 01.10.2021

Publicado: 10.2023

DOI <http://dx.doi.org/10.18316/REDES.v11i2.8901>

A lógica interna da polarização: uma análise pragmática inferencialista sobre a fragmentação social contemporânea

Bárbara dos Santos Choucair<http://orcid.org/0000-0002-4737-729X>*Thaís dos Santos Choucair*<http://orcid.org/0000-0001-9471-4204>

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar a polarização contemporânea através de uma ótica pragmática inferencialista. A polarização partidária e discursiva/política que observamos no século XXI é um fenômeno que vem sendo objeto de muitos estudos nos campos da ciência política, sociologia e comunicação por envolver diferentes aspectos como intolerância, incivilidade, desinformação e uma atitude política agressiva entre aqueles com opiniões distintas. Argumentamos que a pragmática inferencialista pode trazer contribuições importantes para compreender esse complexo cenário. Através dela podemos problematizar: a) a possível diminuição de razões apresentadas pelas pessoas porque elas interagem majoritariamente com grupos que concordam com suas posições; b) a possível diminuição do comprometimento dos agentes em um debate, uma vez que não é possível identificar a intenção dos falantes já que não há fornecimento de razões e c) a possível diminuição do terreno comum compartilhado, que pode gerar sérios riscos para todo o sistema democrático.

Palavras-chave: Argumentação; Inferencialismo; Pragmatismo; Polarização; Redes sociais.

Polarization's internal logic: an inferentialist pragmatic analysis on contemporary social fragmentation

Abstract: The objective of this article is to analyze contemporary polarization through a pragmatic inferentialist perspective. The partisan and discursive/political polarization that we observe in the 21st century is a phenomenon that has been the object of many studies in the fields of political science, sociology and communication because it involves different aspects such as intolerance, incivility, misinformation and an aggressive political attitude among those with opinions different. We argue that inferentialist pragmatics can make important contributions to understanding this complex scenario. Through it, we can problematize: a) the possible reduction of reasons given by people because they mostly interact with groups that agree with their positions; b) the possible decrease in the agents' commitment in a debate, since it is not possible to identify the intention of the speakers since there is no provision of reasons and c) the possible decrease in the shared common ground,

which can generate serious risks for the entire system democratic.

Keywords: Argumentation; Inferentialism; Pragmatism; Polarization; Social networks.

Introdução

O ano de 2020 foi um ano atípico na história humana em razão da pandemia provocada pelo COVID-19. O mundo todo se deparou com um vírus que mudou nossas rotinas, nossos hábitos sociais e nossa forma de interação social. Diante do alto risco de contaminação e mortalidade, várias foram as medidas tomadas pelos governos para o seu enfrentamento. Mas, na contramão dos apontamentos e recomendações científicas, muitos grupos e até mesmo certos Estados Nacionais como o Brasil, optaram por rejeitar o perigo da COVID-19 optando por um grande enfrentamento não ao vírus mortal, mas sim àqueles que defendiam medidas de segurança contra o vírus.

Diante desse contexto brasileiro - e também mundial, como por exemplo no período final do governo Trump nos EUA - podemos observar uma grande polarização na sociedade civil e no sistema político, com a presença em destaque de grupos que vêm se mostrando negacionistas do conhecimento científico. Em um primeiro momento de reflexão, o que parece é que não estamos vivendo a mesma questão social e que existem realidades completamente paralelas. Existem grupos que afirmam a inexistência da COVID-19, grupos que banalizam a sua periculosidade e grupos que propõem soluções e curas não-científicas enquanto negam muitas possíveis soluções científicas, vistas como mentira e manipulação. Às vezes, esses mesmos posicionamentos, por mais que sejam conflitantes e antagônicos em alguns casos, podem partir de uma mesma pessoa.

Como uma amostra exemplificativa desse espectro, temos uma postagem no Facebook em um canal de comunicação chamado “Brasil 247” sobre o desenvolvimento da vacina CoronaVac no qual temos comentários muito distintos uns dos outros. Um usuário X publica o seguinte: “Cancelar a compra da vacina chinesa é ignorar a ciência, a pandemia, as mais de 150 mil mortes e as milhões de pessoas que ainda correm risco de serem infectadas. Bolsonaro não cansa de mostrar o seu desprezo pela população brasileira. #ForaBolsonaro.” Usuário Y: “Que homem louco...” Usuário Z: “Não respeita ninguém, nem seus ministros, muito mesmo o povo que está ansioso por uma vacina.” Já em confluência ao Presidente da República temos as seguintes mensagens de outros usuários: “E imagina se ainda fosse obrigatório o uso dessa vacina, só loucos para quererem isso!”, outro usuário: “Eu ñ vou tomar nem por decreto.” E outro: “Primeiro lançam pelo mundo o VÍRUS, como ñ matou a quantidade necessária, inventam a vacina para matar o resto. Tomem Vocês!!!!!!”

Esse é o micro cenário no qual este artigo está sendo escrito - esse exemplo nos propicia materializar algo que está muito presente na sociedade civil e nos governos atuais, qual seja, a polarização. Isso não quer dizer que não havia polarização anteriormente - na verdade, estudos sobre a polarização política existem há algumas décadas. Nosso objetivo não é discutir se houve ou não um aumento dessa polarização, mas sim partimos do fato de que ela é uma grande questão contemporânea, com características específicas desse contexto histórico, como a comunicação política se dando primordialmente através de redes sociais online.

A polarização pode ter consequências graves para uma democracia, como podemos observar hoje

em profundas crises políticas em países como a Turquia, Polônia, Venezuela, Hungria e EUA¹. Não é que toda e qualquer polarização seja ruim e prejudicial à democracia, pelo contrário, é completamente normal num sistema democrático que haja divergências e que grupos se aglutinem em pólos distintos - sendo esse um processo positivo para as formações partidárias, por exemplo. O problema é quando essa polarização atinge graus elevados, podendo levar à corrosão democrática². Na Seção 2, nós discutimos que tipo de polarização é especialmente preocupante.

Na teoria da comunicação e na filosofia política podemos perceber que alguns teóricos sustentam como condições mínimas de debate e convencimento uma base argumentativa que seja comum, isto é, suscetível ao uso do outro. Dois dos principais expoentes dessa formulação são Robert Brandom e Jürgen Habermas, que embora com algumas similaridades travaram um intenso debate³. Neste artigo, como uma decisão de escopo, vamos nos ater especificamente as possíveis contribuições do pragmatismo inferencialista brandoniano. Na Seção 3, reconstruímos as principais ideias dessa perspectiva teórico-metodológica.

Esse artigo tem como proposta investigar, sob uma lógica interna do pragmatismo inferencialista, a polarização severa que é particularmente prejudicial à democracia. O que tem se percebido é que a ponte de comunicação entre grupos está com rachaduras e, nas discussões, eles utilizam discursos de ódio e fake news na tentativa de comprovar suas “realidades paralelas”. Esse não-diálogo causa uma ruptura tão grande que impede as discussões racionais de acontecerem, pois não é possível uma discussão deliberativa sem uma base comum. Como vai haver diálogo se até a compreensão de uma mesma palavra pode ser completamente distinta entre diferentes grupos? Se há uma diminuição das trocas intersubjetivas, as crenças e os *topoi*⁴ passam a não ser universais em determinada comunidade, e então é como se cada grupo tivesse suas próprias crenças e seus próprios *topoi* que os alicerçam. É nesse momento que a polarização ao invés de possibilitar uma atitude positiva à troca entre os diferentes se torna uma completa ruptura entre os grupos. Tendo em vista a relevância deste problema em termos democráticos, temos que pensar profundamente qual a lógica interna da polarização. Na Seção 3, apresentamos três reflexões calcadas na abordagem da filosofia pragmática inferencialista sobre a polarização.

A polarização

Em uma democracia saudável é fundamental a convivência com a liberdade de pensamentos diversos

-
- 1 Apesar das enormes distinções entre cada país, há certos padrões de como a polarização acontece, bem como suas consequências vide em MCCOY, Jennifer; RAHMAN, Tahmina; SOMER, Murat. Polarization and the Global Crisis of Democracy: Common Patterns, Dynamics, and Pernicious Consequences for Democratic Polities. **American Behavioral Scientist**, vol. 62(1), p.16-42, 2018. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0002764218759576>>. Acesso em 22 de out. de 2020.
 - 2 CAROTHERS, Thomas; O'DONOHUE, Andrew. **Democracies Divided: The Global Challenge of Political Polarization**. Washington, D.C: Brookings Institution Press, 2019, p. 6.
 - 3 Este debate pode ser visto, como por exemplo em: BRANDOM, Robert. Facts, Norms, and Normative Facts: A Reply to Habermas. **European Journal of Philosophy**. Pgs 356–374, december 2002.
 - 4 *Topoi* é uma expressão que tem origem na Grécia Antiga, usada por autores como Aristóteles, que quer dizer “lugar comum”, “ideias de bom senso aceitas por todos”, assim é uma ideia central, um consenso dominante que não precisa convencer ninguém da sua razoabilidade.

e plurais. Mas por que no atual cenário político temos um estridente atrito que nos impede de conviver? Quando a polarização começa a se tornar prejudicial? Segundo a definição de “polarização severa”, de Jennifer McCoy, Tahmina Rahman e Murat Somer, é quando as diversidades (que são absolutamente normais) são suprimidas em uma única dimensão, concebida em uma lógica de “nós” versus “eles”. A “polarização severa” não necessariamente pode ser medida em números quantitativos e sim pela forma pela qual ela se enuncia, ao eliminar discursos, sujeitos e pautas transversais e colocar apenas dois lados “separados, opostos e inflexíveis”⁵.

Cass R. Sunstein é um dos principais autores que investigam a polarização, sendo válida uma breve reconstrução de suas ideias. Sunstein afirma⁶ que a liberdade de expressão é importante por provocar a curiosidade, abertura e humildade dos cidadãos para com perspectivas concorrentes. No entanto, na década de 90 surge nas ciências sociais (e suas aplicações) com grande contundência uma preocupação com a tendência do ser humano se relacionar somente com aqueles que são iguais a ele mesmo. Não cabe investigar aqui a razão de ser dessa tendência e qual sua intensidade, dado que parecem haver explicações psicológicas e sociais para esse fenômeno. O que importa é que de fato isso ocorre, sobretudo, com a escolha da fonte que alguém entra em contato para adquirir conteúdo e informações, seja através dos jornais e revistas físicos, seja um canal de televisão, seja as páginas a serem seguidas em redes sociais online - processo que passou a ser compreendido através do conceito de *exposição seletiva*. De acordo com os estudos sobre esse fenômeno, as pessoas, geralmente, tendem a decidir ver aquilo que corroboram o seu ponto vista.

A comunicação política contemporânea se dá primordialmente através das redes sociais online. Corroborando a tendência da exposição seletiva, os algoritmos da maioria dessas plataformas são construídos na lógica da filtragem de conteúdo que não agradam e priorização de conteúdos que agradam. Através desse escuso método de funcionamento, os conglomerados obtentores das redes sociais online têm cada vez mais controle sobre aquilo que vemos⁷. Esse controle pode servir a muitos interesses como, por exemplo, em tentativas de golpes de Estado (sejam elas institucionais ou não), uma vez que a realização de golpes estatais e políticos dependem da opinião pública sobre um determinado governo. As redes sociais online são, nesse sentido, tanto uma fonte de conhecimento da percepção das pessoas, como um ambiente passível de grande influência, podendo gerar estabilização ou desestabilização de situações consideradas desfavoráveis para um grupo político⁸.

A liberdade de expressão⁹, um dos pilares de uma democracia, para ser de fato exercida necessita de duas condições que esbarram na polarização. A primeira é que as pessoas devem estar expostas a conteúdos e matérias que não escolheram anteriormente. Segundo o autor, “encontros não planejados e imprevistos são centrais para a própria democracia”¹⁰, justamente porque você pode se deparar com pensamentos e posições completamente distintas da sua. Isso é uma parte da própria ideia de esfera pública. Tendo isso

5 CAROTHERS e O'DONOHUE, op cit., p.7.

6 SUNSTEIN, Cass R. **#Republic**: divided democracy in the age of social media. Princeton: Princeton University Press, 2017.

7 Ibid., p. 5.

8 Ibid., p. 12.

9 O autor, assim como a maior parte da cultura estadunidense, possui uma posição forte ligada ao liberalismo na defesa da liberdade de expressão como condição para assegurar a democracia.

10 Ibid., p. 6.

em vista, o autor sugere que as plataformas digitais também tenham esse componente casuístico, isto é, a possibilidade de visualizar assuntos pelos quais alguém não selecionou - uma forma de arquitetura da escolha que beneficia o exercício da liberdade de expressão. A segunda condição é de que os cidadãos devem ter experiências compartilhadas. Ele afirma que “sem experiências compartilhadas, uma sociedade heterogênea terá uma muito mais dificuldade em lidar com os problemas sociais”¹¹, porque diminui a conexão entre os indivíduos, e, logo, aumenta a fragmentação.

A problematização do funcionamento majoritário das redes sociais online sob a ótica da polarização não quer dizer que anteriormente na história tínhamos um ambiente aberto, casual, em que se tinha o compartilhamento de ideias e experiências. Talvez as formas de uso e funcionamento dessas redes estejam mesmo agravando a não-causalidade de conteúdos e a desconexão de experiências comuns, mas a medição e comparação entre passado e presente é objeto de diversos estudos empíricos com resultados conflitantes. Para o escopo deste artigo importa que estamos lidando com a caracterização do agora, e não se isso aumentou ou diminuiu com as redes sociais. Sunstein chama de câmaras de eco as fragmentações sociais hoje existentes que ocorrem através primordialmente das redes sociais online. Segundo ele, essas câmaras não são totalmente maléficas, elas possuem o lado positivo do exercício da liberdade individual. No entanto, por outro lado, pode ser aquilo que ocasiona um extremismo exacerbado. As pessoas ficam presas às suas convicções e não se abrem para novas experiências, e então o reforço a essas convicções é o caminho trilhado.

Sobre o processo de fragmentação social, a autora Michiko Kakutani¹² explica como ocorreu essa divisão nos Estados Unidos. Ela afirma que é um acontecimento recente, pois como dito no livro *The Big Sort* de Bill Bishop, entre os anos de 1950 a 1970 os grupos sociais distintos pareciam se integrar mais. A partir da década de 1980 as pessoas começaram a se organizar mais em torno de seus valores, gostos e crenças e nesse movimento elas se encontravam em comunidades de bairros, igrejas, clubes e organizações com ideias semelhantes. Com o advento da internet, essas relações se ampliaram rapidamente. Ou seja, não é que a internet tenha causado isso, mas que potencializou em escala um movimento que já havia começado. Mas o que teria ocasionado essa potencialização? Vejamos:

De acordo com Bishop, “como perdemos a confiança nas instituições tradicionais, os tênues vínculos do local de trabalho se mostraram insuficientes para satisfazer a necessidade das pessoas de se sentirem pertencentes a algo”. Em resposta, as pessoas encontraram um senso de comunidade em bairros, igrejas, clubes e outras organizações com ideias semelhantes às suas. Essa dinâmica seria ampliada na velocidade da luz pela internet — por sites de notícias que abastecem pontos de vista ideológicos particulares, por fóruns de interesses específicos e pelas redes sociais, que ajudaram as pessoas a se isolarem ainda mais em bolhas de interesses compartilhados. Bishop escreveu que, na virada do milênio, as divisões eram menos sobre ideologia do que sobre gostos e valores, mas “como os partidos passaram a representar o estilo de vida — e como o estilo de vida definiu as comunidades —, tudo parece divisível, republicano ou democrata”. “Tudo”, nesse contexto, se refere não apenas ao que você pensa sobre saúde pública, direitos eleitorais ou aquecimento global, mas também onde você compra, o que come ou a que tipo de filmes assiste¹³.

O comportamento social de fragmentação não aconteceu, no entanto, apenas por uma vontade

11 Ibid., p. 6.

12 KAKUTANI, Michiko. **A morte da verdade**: notas sobre a mentira na era Trump. Tradução de André Czarnobai e Marcela Duarte. 1ª edição - ebook. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2018.

13 Ibid., sp.

dos indivíduos - é necessário também observarmos como grupos específicos agiram intencionalmente para acentuar essa fragmentação e possibilitar um radicalismo da direita. Sobre isso, Giuliano da Empoli¹⁴ destaca os grupos que ele chama de “engenheiros do caos” que são pensadores, cientistas, pesquisadores e especialistas em marketing e dados que atuam buscando manipular a opinião pública e aumentar o controle do Estado afim de beneficiar determinados interesses - sejam eles puramente mercadológicos, como também políticos, como é o caso do alavancamento de líderes de direita. Os “engenheiros do caos” são responsáveis pela disseminação e manipulação de dados (sejam eles falsos ou não) a fim de provocar uma reação das pessoas para seu benefício. Primeiro eles pesquisam aquilo que as pessoas querem escutar, para depois fornecer como um produto o discurso como se o mesmo fosse autêntico. Os “engenheiros do caos” atuam para reinventar a propaganda política utilizando-se dos algoritmos do Google, do Facebook, e das demais redes sociais e das mídias digitais, locais onde não há intermediação de jornalistas ou qualquer instituição, apenas curtidas e engajamento.

Para alcançar os seus objetivos, a receita envolve populismo e o uso de algoritmos. Como um exemplo dos engenheiros do caos, podemos citar o Movimento 5 Estrelas na Itália que atua na lógica de Partido-Empresa. Em um primeiro momento esse movimento se apresenta com neutralidade partidária, mas que na verdade no desenrolar de suas ações demonstra representar interesses de uma extrema-direita. Esse movimento é:

[...] estrutura essencialmente privada controlada por Davide Casaleggio [...] é entorno desse ponto que, desde o começo, repousa o grande mal-entendido do Movimento. Para sua base de militantes, a internet é sinônimo de participação. [...], mas, para a elite do próprio Movimento, encarnada pela “diarquia” Casaleggio/Grillo, as coisas são diferentes: internet é, antes de tudo, um instrumento de controle¹⁵.

No processo que acentua a polarização, esses grupos criam mecanismos para que os seus seguidores não tenham que sair de suas bolhas para obter informações, ou seja, para que não tenham que recorrer às mídias tradicionais ou a fontes diversificadas. Há a produção de informações pelo próprio “partido”, com títulos sedutores, prontos para viralizar. “De início, antecipa-se a emoção [...] Depois, divulgada a informação [...] e então [...] convida-se à participação”¹⁶.

Com esses mecanismos de controle, cada vez mais, os grupos fragmentados se voltam para si mesmos. A polarização além de nos revelar um posicionamento cada vez mais extremo de uma direita, também evidencia a grande distância entre os grupos com posições políticas distintas, o que resulta num fechamento ainda maior. Podemos perceber que ao passo que tivemos muitos ganhos democráticos e conquista de direitos nos últimos séculos e que isso pode ter dado mais voz às diversas populações e povos nas redes sociais, vemos também um controle e manipulação de dados gigantesco que vem agravando o fenômeno da polarização e que pode nos levar a caminhos muito tenebrosos, caminhos estes que estão longe dos ideais democráticos.

Podem ser analisados três critérios para que seja verificado empiricamente a gravidade de uma

14 EMPOLI, Giuliano da. **Os engenheiros do Caos** – como as Fake News, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições. Tradução Arnaldo Bloch. São Paulo: Vestígio, 2019.

15 Ibid., p. 32.

16 Ibid., p. 33.

polarização. O primeiro é analisar se há um impacto afetivo nas grandes massas na medida em que os grupos se odeiam e “sentem que não podem coexistir pacificamente com eles no um nível pessoal em amizades ou casamentos.”¹⁷. O segundo critério é a realização de uma divisão binária que separa um país em dois grandes blocos. E por último, possui duração prolongada - seja num espaço de tempo grande ou que vai além de líderes em destaque¹⁸.

Na dinâmica da polarização severa ocorre a supressão das diferenças “dentro de um grupo” (de forma a unificá-lo) e define os “outros” - também de maneira uniforme - de forma negativa, sendo descredibilizados em razão de um único fator¹⁹. Ou seja, a diversidade de ideias, povos e sujeitos - característica fundamental do ideal democrático - são completamente aniquilados na lógica da polarização severa que serve a um simples “nós” *versus* “eles”. Com a construção dessa narrativa, os polos vão ficando cada vez menos tolerantes e aptos a fazer concessões, bem como há a diminuição de consensos e interações. A consequência disso é a gradativa perda da confiança nas instituições públicas e na própria democracia, podendo até mesmo nos levar ao autoritarismo²⁰. Como explicação desse fenômeno, os autores apontam que:

Situações de polarização profunda criam problemas de governança à medida que a comunicação e a confiança se rompem e os dois campos se mostram relutantes e incapazes de negociarem e se comprometerem. O impasse político paralisa o governo e, em alguns casos, resulta em instabilidade e oscilação entre as opções de política, se nenhum lado pode prevalecer no longo prazo e busca derrubar as políticas do predecessor em toda chance. [...]. Alternativamente, um espaço pode se tornar hegemônico e restringir as liberdades, tendendo ao autoritarismo ou mesmo estabelecer um regime autocrático. No nível social, os cidadãos tornam-se divididos espacialmente e socialmente. Eles passam a acreditar que não podem mais coexistir na mesma nação. Finalmente, a reação e o conflito decorrentes da polarização extrema também podem levar ao colapso democrático se as antigas elites e grupos sociais dominantes, frequentemente aliados a forças militares, retomarem o controle por meios não democráticos²¹. (Tradução nossa).

Dessa forma, pode acontecer o seguinte efeito cascata: narrativas criadas por um líder ou por um grupo para influenciar a população e exercer um poder de cima para baixo. A partir disso, dar-se-á ênfase a uma discussão em torno de dois polos antagônicos, excluindo do debate outras pautas igualmente importantes. Na sequência, há o aprofundamento da polarização no plano afetivo, isto é, cria-se uma enorme simpatia com quem faz parte do seu grupo e uma enorme antipatia com quem é integrante do outro grupo. A partir disso, começa a se enxergar o outro como ameaça da própria existência, logo, há a contestação do poder do outro grupo até mesmo fora das instituições democráticas, instaurando, portanto, o autoritarismo²².

A polarização severa na concepção de Jennifer McCoy e Murat Somer vai além da “divergência significativa de pontos de vista e falta de terreno comum entre os dois lados políticos opostos, mas uma divisão enraizada em identidades sociais conflitantes.”²³. Nos aliamos, no entanto, à ideia de que a própria

17 CAROTHERS e O'DONOHUE, op cit., p.7.

18 Ibid., p. 8.

19 MCCOY, RAHMAN e SOMER, op cit., p. 18.

20 Ibid., p. 18.

21 Ibid., p. 19.

22 Ibid., p. 26.

23 CAROTHERS e O'DONOHUE, op cit., p. 117.

falta de terreno comum é suficientemente grave em uma democracia, como tentaremos explicar na seção seguinte através da lógica pragmática inferencialista.

O pragmatismo inferencialista

A proposta deste capítulo é apresentar, brevemente, o pensamento pragmático e inferencialista, para na sequência estabelecermos uma conexão dessa corrente filosófica com a polarização contemporânea. O pragmatismo é uma corrente de pensamento filosófico que teve como um dos precursores o pensador estadunidense Peirce (1839-1914). O autor ficou conhecido como aquele que investigava “como tornar claras as nossas ideias”. Para ele “uma concepção, ou seja, o significado racional de uma palavra ou de outra expressão, consiste exclusivamente em seu alcance concebível sobre a conduta da vida”²⁴, ou seja, em síntese, sustenta que aquilo que conhecemos e concebemos como a realidade é necessariamente experiencial, isto é, com um viés prático. Essa afirmação pragmática não se tem como refutar segundo o pensamento lógico, pois a racionalidade e todo pensamento em linguagem acontece diante de nossas experiências. Não há como fugirmos dessa condição humana prática. Diante disso, temos o seguinte aspecto metodológico que o pragmatismo impõe:

É impossível ter em mente uma ideia que se refira a outra coisa que não os efeitos sensíveis das coisas. Nossa ideia de um objeto é a ideia de seus efeitos sensíveis. (...) Assim, **a regra para atingir o último grau de clareza na apreensão das ideias é a seguinte: Considerar quais são os efeitos que concebivelmente terão o alcance prático que atribuímos ao objeto da nossa compreensão.** A concepção desses efeitos é a nossa concepção do objeto” (Chance, Love and Logic, I, 2. § 1; trad. it., p. 39). O princípio dessa regra metodológica é que “**a função do pensamento é produzir hábitos de ação**”, crenças²⁵. (grifo nosso)

Já o inferencialismo é um termo mais recente e que, assim como no pragmatismo, diversos autores o abordam com perspectivas distintas. Um desses autores e que será trabalhado no presente trabalho é o teórico Robert Brandom. Pode-se afirmar que o inferencialismo é um método pelo qual analisa-se a realidade na tentativa de perceber o que está por trás dos argumentos, para compreender os conceitos e interlocuções entre os sujeitos. Brandom deixa claro já na primeira frase do livro *Articulating Reasons: An introduction to inferentialism* que o objetivo da obra é falar “sobre o uso e o conteúdo dos conceitos” dando privilégio às *inferências* do que as *referências* no processo semântico do entendimento²⁶.

Com a virada linguística entende-se no inferencialismo, assim como no pragmatismo de forma geral, que não existe pré compreensões de conceitos que formam nossos pensamentos e ideias de forma abstrata e isolada da realidade, todos esses pensamentos são, na verdade, feitos através da própria linguagem pela qual aprendemos no meio social. Nesse processo de entendimento, Brandom segue a posição de Sellars de que “entender um conceito era o mesmo que ter um domínio prático sobre as inferências nele envolvidas, ou seja, dominar as práticas de dar e pedir por razões”²⁷, quer dizer, é apenas através da articulação (processo

24 ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. Tradução da 1ª edição brasileira coordenada e revista por Alfredo Bossi; revisão da tradução e tradução dos novos textos Ivone Castilho Benedetti. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 784.

25 Ibid., p. 784.

26 BRANDOM, Robert. **Articulating Reasons: An Introduction to Inferentialism**. Cambridge/London: Harvard University Press, 2001, p. 1.

27 ALVES, Marco Antônio Sousa. O inferencialismo de Robert Brandom e a rejeição da análise da significação em termos de

intersubjetivo) das razões ser possível entender conceitos e o que os outros sujeitos estão dizendo.

O autor estadunidense entende que nos atos de fala com sentenças declarativas é possível compreender os conteúdos das afirmações (situadas sempre num conjunto de relações inferenciais), bem como, compreender as reivindicações dos sujeitos²⁸. Segundo o próprio autor:

Dizer ou pensar *que* as coisas são de tal ou qual modo consiste em assumir um tipo peculiar de compromisso *inferencialmente* articulado: apresentá-lo como uma premissa apta para outras inferências, ou seja, *autorizar* seu uso tal como uma premissa e assumir uma responsabilidade ao qualificar-se a esse compromisso, para reivindicar a própria autoridade sob circunstâncias adequadas, paradigmaticamente, ao exibi-la como a conclusão de uma inferência a partir de outros compromissos para os quais alguém está, ou pode vir a estar, qualificado. **Compreender o conceito que é aplicado nesse tornar explícito é dominar seu uso inferencial:** saber (no sentido prático de “estar apto a distinguir”, um tipo de saber *como*) com o que alguém está se comprometendo ao aplicar o conceito, o que lhe dá o direito para fazê-lo e o que o isenta de tal compromisso²⁹ (grifo nosso)

Assim, ao afirmar algo, necessariamente está se inferindo determinado conteúdo. Brandom ancora o seu pensamento na teoria de Sellars na qual existe um “espaço lógico das razões” e que, nesse “espaço” acontecem as trocas intersubjetivas de dar e pedir razões tendo como principal característica a articulação inferencial em que há a aplicação de conceitos, dar razões e justificá-las num contexto inferencial, isto é, oposto ao representacionismo. Isso não significa negar a representação, e sim analisar qual elemento acontece a priori no jogo conceitual, dessa forma Brandom “recusa a prioridade da representação na explicação semântica e se interessa em mostrar como a representação representa algo, e não a sua natureza”³⁰, isto é, entende que as relações inferenciais acontecem primeiro que a representação de um conceito.

Logo, esse contexto inferencial é posto por Brandom como material³¹ - e não lógico-formal como em outros autores, ou seja, não existe a representação de um conceito em abstrato previamente aos falantes, eles são constituídos na prática, em seus usos, justificativas e razões apresentadas.

Mas, previamente às trocas intersubjetivas há algo que ancora os argumentos - são as crenças. As crenças são uma parte intrínseca da linguagem, uma vez que constituem as premissas que compõem um determinado significado de um objeto de representação³². Além das premissas, Brandom irá sustentar que as intenções formam as conclusões sobre esse determinado objetivo representado³³.

Conectando pragmatismo e inferencialismo, não é acessível uma realidade para além da práxis e

referência. **PERI - Revista de Filosofia**, v.2, n.2, p. 1-14, 2010, p. 3.

28 MURZI, Julien; STEINBERGER, Florian. Inferentialism. In: HALE, Bob; WRIGHT, Crispin; MILLER, Alexander. **A Companion to the Philosophy of Language**, Vol. 1, Second Edition. Oxford: Wiley Blackwell, 2017, p. 209.

29 BRANDOM, Robert. **Articulando razões: uma introdução ao inferencialismo**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2013, p. 22.

30 MAROLDI, Marcelo Masson. **Um estudo sobre o racionalismo inferencialista**. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013, p. 39.

31 MURZI e STEINBERGER, op cit., p. 211.

32 VEZZOSI, Rafael Geraldo Magalhães. A Fundamentação dos Direitos Humanos pelo Inferencialismo de Brandom no Contexto das Estruturas do Poder Simbólico de Bourdieu. In: LIMA, Bárbara Nascimento de; GONTIJO, Lucas de Alvarenga; BICALHO, Mariana Ferreira [Orgs.]. **Congresso Internacional sobre Democracia, Decolonialidade e Direitos Humanos**. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2018, p. 83.

33 Ibid., p. 84.

essa práxis é composta pelas crenças (que são as premissas da linguagem) e pelas intenções dos agentes, essas duas estruturas combinadas resultam naquilo que entendemos e expressamos sobre determinado assunto. Mas como sabemos as intenções dos agentes? É justamente analisando as razões apresentadas no processo de justificação. Vejamos:

Ofertando razões, estar-se-á *habilitado* a algo, pois há *compromisso* através da justificação racional. Na prática de dar e pedir razões, ao responder ao pedido de razões, o interlocutor adverso pode re-questionar o interlocutor inicial com condicionantes “se” e “então”, no sentido de dizer que “se” algo é como o interlocutor inicial diz, “então” se pode chegar à determinada conclusão. Neste processo, podem-se aviar **inferências das conexões entre as *habilitações e compromissos*, expressando no que os interlocutores estão comprometidos e se há efetiva lógica que justifica o compromisso apresentado na afirmação e a razão ali expressa (*habilitação*), ainda que implícita. Assim, os compromissos vão sendo explicitados e podem ser encontrados nas relações inferenciais concluídas³⁴. (grifo nosso)**

Ou seja, somente através da argumentação é possível averiguar o compromisso do interlocutor - uma espécie de sinceridade e consistência daquilo que o agente expressa - através das habilitações que nada mais são que as razões apresentadas, podendo elas serem implícitas ou explícitas. Lembrando que tudo isso acontece sempre ancorado nas premissas das crenças.

Uma ótica pragmática inferencialista da polarização

Para que a comunicação linguística aconteça, alguns pressupostos devem estar presentes. Quando formamos o nosso pensamento, processo que se dá através da linguagem, o formamos com base naquilo que já experienciamos, ou seja, através de um processo social prévio feito comunicacionalmente. Se nossas percepções individuais advêm das interações com o todo coletivo, essas interações é que formam nossas crenças e um campo comum entre os sujeitos. Na percepção pragmática inferencialista não é possível fugirmos das nossas experiências, e as crenças em comum são os pressupostos para que a interação linguística aconteça. Quando não há crença em comum, então as razões são convocadas e utilizadas afim de construir a ponte entre os sujeitos que pensam diferentemente. Nesse sentido, quanto mais convivemos apenas com aqueles que pensam igual a nós, menor será a fundamentação racional que iremos precisar, pois não precisamos apresentar razões para sustentar uma declaração uma vez que o grupo que estamos convivendo também pensa e afirma o mesmo. Dessa forma, a primeira conclusão da polarização sob a ótica inferencialista é que se é verdade que interagimos mais com grupos homogêneos no contexto polarizado de hoje, então cada vez menos precisamos apresentar razões e fundamentações para as nossas expressões, uma vez que os grupos não necessitam de convencer ninguém já que em si possuem homogeneidade de posicionamento.

Uma vez que não se tem (ou se tem em número muito baixo) razões e fundamentações, há um comprometimento do processo de identificação dos compromissos dos agentes, já que então não há critérios para medir o grau de coerência e sinceridade daqueles que sustentam determinada posição. Essa é a segunda conclusão proposta no artigo, qual seja, a diminuição do comprometimento dos agentes, o que leva a uma obscuridade de intenções daqueles que expressam um pensamento. Esse é um espaço muito

34 Ibid., p. 84.

perigoso para a democracia, como no caso do discurso cínico discutido por Safatle em “O Cinismo e a Falência da Crítica”³⁵.

A terceira conclusão parte das duas primeiras. Em uma sociedade em que há as trocas intersubjetivas acontecendo de forma razoável há um mínimo de compartilhamento de crenças – crenças no sentido brendoniano. Como vimos, essas crenças são o pressuposto para que uma comunicação aconteça. Ou seja, para que haja a apresentação de razões, a intenção, a habilitação e o compromisso é necessário que haja um mínimo de crenças compartilhadas. O problema é que com a polarização cada vez mais extrema os grupos passam a diminuir muito esse espaço comum, podendo até mesmo extirpar tudo o que é comum. Podemos pensar, por exemplo, em uma criança que nasça numa família da extrema direita e que todos os seus contatos e conexões são apenas com aquele grupo. Qual será a crença comum que ela terá com alguém que não faça parte de seu grupo?

Uma vez que não há crença comum não há possibilidade de a linguagem racional acontecer. Essa afirmação é levada ao extremo, mas se consideramos uma diminuição de compartilhamento de crenças e que não há o interesse e disposição de abertura para experiências diversas, isso ocasiona, ao menos, a diminuição da argumentação racional, o que sem dúvidas é um problema democrático que pode nos levar a sérias violações de direitos.

A filosofia, considerada por muitos como a arte de se fazer perguntas, preza justamente pelo lugar da incerteza e do não-saber. Esse lugar gera movimentação e movimentação faz parte, como nos evidencia o inferencialismo, do processo racional de apresentar e dar razões. O conflito e embate de ideias muito distintas não é um problema, pelo contrário, é benéfico e estrutural de uma sociedade plural e diversa. O problema é quando esses argumentos não se encontram para de fato dialogarem e sim tentarem se impor com o uso da violência, como por exemplo, os discursos de ódio e de distorção da realidade de forma proposital como as fake news.

O que percebemos da polarização através da ótica pragmática inferencialista é de que se diminui o exercício de alteridade e compreensão do outro num processo intersubjetivo, posições são jogadas nas redes sociais e nos casulos sem interlocutores, há apenas uma expectativa de interlocutor que não necessariamente se concretiza, e quando o faz é com pessoas que pensam a mesma coisa que você. Nesse sentido, Sunstein afirma que estamos vivendo em universos políticos diferentes - algo como os mundos paralelos de ficção científica e que muitas das supostas notícias são falsas³⁶, o que nos faz ter medo do futuro democrático para as nações.

Considerações finais

Neste artigo, primeiro vimos como aconteceu e se sustenta o processo de fragmentação e polarização na sociedade contemporânea. Vimos que além de uma tendência social de geralmente nos unirmos a quem nos é igual, tal situação vem sendo agravada pela lógica de funcionamento da maioria das redes sociais e pela atuação de grupos específicos que visam manipular a opinião pública. Em um mundo cada vez

35 SAFATLE, Vladimir. **Cinismo e Falência da Crítica**. São Paulo: Boitempo, 2008.

36 SUSTEIN, op cit., p. 2.

mais digitalizado, esse processo tem o potencial de nos fechar em “câmaras de eco”, o que resulta numa diminuição das trocas comunicacionais com aqueles que pensam diferente.

Essa fragmentação é extremamente preocupante em termos democráticos, tendo em vista que o diálogo, a linguagem e a comunicação são eixos estruturantes para que possamos deliberar aquilo que queremos e pretendemos como sociedade. Como vamos discutir projetos em comum? Como vamos decidir sobre quais devem ser as orientações e deveres do Estado? O diálogo com grupos cada vez mais fechados em si fica completamente comprometido numa estrutura democrática de Estado de Direito. Cada vez mais, os grupos não querem ouvir o que os outros têm a dizer, querem apenas fazer com que suas verdades sejam tornadas verdades universais, nem que para isso faça uso de discursos de ódio e fake news. O procedimento argumentativo deliberativo, como proposto em Habermas em *Direito e Democracia*³⁷, é completamente distorcido e dá lugar ao agir estratégico para convencimento da “realidade” de cada bolha.

Além disso, como vimos no capítulo anterior, se as premissas e crenças não são mais as mesmas num determinado espaço, há um importante comprometimento de toda a estrutura em sequência do processo de dar e receber razões que constitui o jogo linguístico. A racionalidade, baseada na linguagem intersubjetiva, é, o que muitos filósofos sustentam, a característica que nos faz seres humanos, seres diferentes dos demais animais, e está longe de ser praticada nas discussões polarizadas nas redes sociais nos últimos anos. A conclusão mais preocupante da lógica interna da polarização é a de que, uma vez que partimos de nossas experiências, um mínimo de realidade compartilhada comum é necessário para a comunicação e que, no caso, essa realidade está cada vez mais distante, os campos estão cada vez mais distintos e não permitem um mínimo de troca, logo, um mínimo de comunicação, não há compartilhamento de crenças ou pelo menos um mínimo de crenças para que haja comunicação.

Com as realidades paralelas, a segunda conclusão que evidencia a lógica interna da polarização é que cada vez menos estão sendo apresentadas as razões e fundamentações de determinada posição, pois não é necessário convencer quem pensa como você. Como consequência, a última conclusão é a de que não é possível identificar o nível de comprometimento daqueles que enunciam suas falas, o que gera um espaço propício para um discurso cínico. Diante dessas conclusões, pensar em soluções, sobretudo num tempo de difíceis perspectivas é tarefa muito árdua, mas o enfrentamento desse grave problema social e político, no entanto, não tem escapatória a não ser no diálogo. Não existe atalho ou caminhos alternativos, apenas através dele é possível “furar” bolhas e ter crenças e premissas compartilhadas para que tenhamos de fato jogos argumentativos racionais.

Referências

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. Tradução da 1ª edição brasileira coordenada e revista por Alfredo Bossi; revisão da tradução e tradução dos novos textos Ivone Castilho Benedetti. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ALVES, Marco Antônio Sousa. O inferencialismo de Robert Brandom e a rejeição da análise da significação em termos de referência. **PERI - Revista de Filosofia**, v.2, n.2, p. 1-14, 2010. Disponível em: <<https://www.nexos.ufsc.br/index.php/peri/article/view/831/334>>. Acesso em 10 de set. de 2020.

37 HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia**: entre facticidade e validade. v. 1 e 2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

- BRANDOM, Robert. **Articulating Reasons: An Introduction to Inferentialism**. Cambridge/London: Harvard University Press, 2001.
- BRANDOM, Robert. **Making It Explicit: Reasoning, Representing, and Discursive Commitment**. Cambridge/London: Harvard University Press, 1998b.
- BRANDOM, Robert. Action, norms, and practical reasoning. **Philosophical Perspectives: Languages Mind and Ontology**. v.32, n.12, p.127-139, 1998a. Disponível em: <<http://links.jstor.org/sici?sici=0029-4624%281998%2932%-3C127%3AANAPR%3E2.0.CO%3B2-Z>>. Acesso em 15 jan. 2021.
- BRANDOM, Robert. **Reason in Philosophy: Animating ideas**. Cambridge: Belknap/Harvard University Press, 2009.
- BRANDOM, Robert. Facts, Norms, and Normative Facts: A Reply to Habermas. **European Journal of Philosophy**. P. 356–374, dec. 2002. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1468-0378.00115>>. Acesso em 10 de set. 2020.
- BRANDOM, Robert. **Articulando razões: uma introdução ao inferencialismo**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2013.
- CAROTHERS, Thomas; O'DONOHUE, Andrew. **Democracies Divided: The Global Challenge of Political Polarization**. Washington, D.C: Brookings Institution Press, 2019.
- EMPOLI, Giuliano da. **Os engenheiros do Caos – como as Fake News, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições**. Tradução Arnaldo Bloch. São Paulo: Vestígio, 2019.
- HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia: entre facticidade e validade**. v. 1 e 2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- KAKUTANI, Michiko. **A morte da verdade: notas sobre a mentira na era Trump**. Tradução de André Czarnobai e Marcela Duarte. ebook. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2018.
- MARÇAL, Antônio Cota. Pragmatismo e Direito: qual Pragmatismo e o quê interessa no Pragmatismo? **Revista Eletrônica do Curso de Direito - PUC Minas Serro**, Belo Horizonte, n. 3, p. 68-102, abr. 2011. Disponível em <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/DireitoSerro/article/view/1998>>. Acesso em 15 jan. 2021.
- MAROLDI, Marcelo Masson. **Um estudo sobre o racionalismo inferencialista**. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8133/tde-30062014-121849/pt-br.php>>. Acesso em 10 de set. de 2020.
- MCCOY, Jennifer; RAHMAN, Tahmina; SOMER, Murat. Polarization and the Global Crisis of Democracy: Common Patterns, Dynamics, and Pernicious Consequences for Democratic Polities. **American Behavioral Scientist**, v 62, n. 1, p. 16-42, 2018. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0002764218759576>>. Acesso em 22 de out. de 2020.
- MURZI, Julien; STEINBERGER, Florian. Inferentialism. In: HALE, Bob; WRIGHT, Crispin; MILLER, Alexander. **A Companion to the Philosophy of Language**, Vol. 1, Second Edition. Oxford: Wiley Blackwell, 2017, p. 197-224.
- SAFATLE, Vladimir. **Cinismo e Falência da Crítica**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- SUNSTEIN, Cass R. **#Republic: divided democracy in the age of social media**. Princeton: Princeton University Press, 2017.
- VEZZOSI, Rafael Geraldo Magalhães. A Fundamentação dos Direitos Humanos pelo Inferencialismo de Brandom no Contexto das Estruturas do Poder Simbólico de Bourdieu. In: LIMA, Bárbara Nascimento de; GONTIJO, Lucas de Alvarenga; BICALHO, Mariana Ferreira [Orgs.]. **Congresso Internacional sobre Democracia, Decolonialidade e Direitos Humanos**. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2018.